Política de fronteira e Defesa Nacional

Bruno Gonçalves de Souza Barbalho
Cássio Roberto Rodrigues Ferreira
Diego do Nascimento Melo
Felipe Carrer Custódio da Silva
Guilherme William Caixeta Leite

Orientador:
Prof. Dr. Alcides Costa Vaz

O artigo trata da relação entre Política Externa e à Política de Defesa do Brasil, tal como expressa na temática fronteiriça e na política de fronteiras do país. Aborda a atuação do Governo Federal para lidar com os desafios impostos pela conjuntura internacional fronteiriça na América do Sul e com os problemas internos brasileiros no tocante a formulação de políticas de defesa e segurança nacional. Apresenta um breve histórico da consolidação institucional do Ministério da Defesa e de sua articulação com o Ministério das Relações Exteriores, e analisa os planos estratégicos de defesa e segurança desenvolvidos para os três grandes arcos da fronteira brasileira à luz da Política de Defesa e da Estratégia de Defesa Nacional. Em sua formulação foi estudada e compulsada de, modo seletivo, a bibliografia que trata do processo evolutivo da política externa e da política de defesa brasileiras, a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso bem como a bibliografia que trata da

implementação de iniciativas que objetivam melhorar a gestão das políticas fronteiriças no tocante à defesa e segurança.

Bruno Gonçalves de Souza Barbalho é estudante de Relações Internacionais no Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília e pesquisador do Programa Jovens Talentos para a Ciência.

Cássio Roberto Rodrigues Ferreira é estudante de Relações Internacionais no Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília.

Diego do Nascimento Melo é estudante de Relações Internacionais no Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília.

Felipe Carrer Custódio da Silva é estudante de Relações Internacionais no Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília.

Guilherme William Caixeta Leite é estudante de Relações Internacionais no Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília.

Política de fronteira e Defesa Nacional

O artigo trata da relação entre Política Externa e à Política de Defesa do Brasil, tal como expressa na temática fronteiriça e na política de fronteiras do país. Aborda a atuação do Governo Federal para lidar com os desafios impostos pela conjuntura internacional fronteiriça na América do Sul e com os problemas internos brasileiros no tocante a formulação de políticas de defesa e segurança nacional. Apresenta um breve histórico da consolidação institucional do Ministério da Defesa e de sua articulação com o Ministério das Relações Exteriores, e analisa os planos estratégicos de defesa e segurança desenvolvidos para os três grandes arcos da fronteira brasileira à luz da Política de Defesa e da Estratégia de Defesa Nacional. Em sua formulação foi estudada e compulsada de, modo seletivo, a bibliografia que trata do processo evolutivo da política externa e da política de defesa brasileiras, a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso bem como a bibliografia que trata da implementação de iniciativas que objetivam melhorar a gestão das políticas fronteiriças no tocante à defesa e segurança.

Introdução

O artigo em questão trata de temas caros à Política Externa e à Política de Defesa do Brasil, por meio da análise das características das fronteiras brasileiras, tal como a atuação do Governo Federal para lidar com os desafios impostos pela conjuntura internacional fronteiriça na América do Sul e com os problemas internos brasileiros no tocante a formulação de políticas de defesa e segurança nacional. Um breve histórico da implementação do Ministério da Defesa, tendo em vista suas características de sua articulação com o Ministério das Relações Exteriores, e os planos estratégicos de defesa e segurança desenvolvidos para os três grandes arcos são também objeto de consideração.

A organização do texto encontra-se disposta em quatro sessões: A primeira procura entender como se deu a origem e o consequente desenvolvimento do MD, enfocando o processo de síntese deste com o MRE. A segunda trata sobre o papel desempenhado pelo Governo Federal no tocante as três frentes de fronteira da estratégia brasileira, analisando sobretudo um fundamental documento fundamental para o bom entendimento desta questão: o Plano Estratégico de Fronteiras (PEF),

presente na Constituição Federal, e os complementares ENAFRON e SISFRON. A terceira busca uma visão panorâmica sobre as problemáticas presentes nos três arcos de fronteira. Já a quarta, e última sessão, enfoca as mais ações mais relevantes e os programas mais fundamentais implementados pelo Ministério da Defesa para a defesa e segurança nacional na área das fronteiras, a saber: o Programa Calha Norte, a Operação Ágata, o SISFRON, a Amazônia Azul e o Censipan.

Na elaboração do presente artigo, fora estudada e compulsada de, modo seletivo, a bibliografia que trata - a partir dos governos Lula e Fernando Henrique Cardoso - do processo evolutivo da política externa e da política de defesa brasileiras, assim como a bibliografia que trata de aspectos mais técnicos e estratégicos, quais sejam: a implementação de ações, operações e macro-planos que objetivam melhorar a gestão das políticas fronteiriças.

1. A questão fronteiriça para a Política Externa e Política de Defesa

Antes de analisar a articulação entre a política externa e a política de defesa no âmbito das fronteiras, faz-se necessário compilar alguns aspectos relevantes para a formação desta colaboração. Assim sendo, o intuito é fazer uma análise que englobe fatores atuais e não além da história recente brasileira.

1.1 O Período Fernando Henrique Cardoso

1.1 O Período Fernando Henrique Cardoso

No governo Fernando Henrique Cardoso é possível constatar duas fases marcantes no fazer de sua política externa, em que ambas foram divididas principalmente pela crise financeira e cambial de 1998-9 (SILVA 2008). Na primeira delas, houve uma política apoiada no neoliberalismo, caraterizada por medidas de ajuste fiscal e abertura econômica. Neste sentido, a política externa consistia na defesa do multilateralismo globalista e dos valores ocidentais, com uma tendência de aproximação com países desenvolvidos e uma conformação passiva às "estruturas hegemônicas".

Na segunda, a fuga de capitais forçou o governo a uma inclinação não apenas na sua política econômica, mas também na política externa, e isto alterou a percepção anterior a respeito das benesses da globalização econômica. Se antes era elogiada, após a crise ela passou a ser tratada como um processo assimétrico e prejudicial aos interesses nacionais (SILVA, 2008).

Contudo, deve-se ressaltar a importância da política de integração comercial que houvera na América do Sul. O MERCOSUL tornou-se uma prioridade para FHC nas "políticas de vizinhança". Entretanto, a decisão do Brasil de flexibilizar seu câmbio causou conflitos de interesse com a Argentina e os demais países do bloco. Porém, estes desentendimentos não afetaram a política econômica brasileira, e uma resposta veio logo em seguida com a ampliação - em termos geográficos e substantivos - do escopo da integração regional. Dessa forma, a América do Sul como um todo tornou-se efetivamente o foco principal da política externa brasileira. Em suma, a Política Externa do governo de Fernando Henrique Cardoso deve ser entendida como sendo de matiz liberal-híbrida, pois,

ao mesmo tempo em que valorizava o multilateralismo, enfocava a integração regional (CERVO, 2008)

Nas políticas para a Defesa, FHC levou a cabo o lançamento da Política de Defesa Nacional (PDN), do Conselho de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CREDEN) e a criação do Ministério da Defesa (MD). Não obstante, a política externa praticada pelo governo FHC – fortemente influenciado pelo pensamento institucionalista e pela priorização do setor econômico sobre o político – não atribuía caráter determinante às Forças Armadas no papel internacional do país. Assim, o principal campo de atuação dos militares na política externa brasileira foi a participação em operações de paz (ALSINA JÚNIOR, 2003).

Antecedendo a criação do Ministério da Defesa, houve o lançamento da CREDEN, que afirmava o acompanhamento de programas governamentais em diversas áreas, das quais: cooperação internacional em assuntos de segurança e defesa, operações de paz e integração fronteiriça. O propósito era de expandir o lócus de discussão sobre defesa e segurança nacionais. Nesta tomada, o CREDEN elabora a Política de Defesa Nacional (PDN).

As premissas da PDN são fundamentadas em objetivos e princípios dispostos na Constituição Federal e encontra-se em acordo com as orientações governamentais e a Política Externa do país, a qual se fundamenta na busca primordial pela solução pacífica das controvérsias e no fortalecimento da paz. Vale destacar o papel importante da PDN na coordenação entre Política Externa e Política de Defesa, oferecendo uma visão mais abrangente sobre o papel da defesa no projeto nacional.

Com a criação do Ministério da Defesa em 1999, se concretizava a integração das três forças militares brasileiras, substituindo os antigos Ministério da Marinha, Ministério do Exército e Ministério da Aeronáutica. Assim, um novo molde de interação entre Política de Defesa e Política Externa iria se formando; muita embora tal integração fosse frágil, até porque as três forças mesmas possuíam uma coesão deficitária entre si.

1.2 O Período Lula

Na Política Externa de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), há uma outra concepção da ação multilateral do antigo antecessor (FHC), no qual transita da ênfase na acomodação aos regimes internacionais para a participação ativa na produção de regras e normas desses regimes, isto é, atuar como parte dos Estados que conformam a agenda internacional. O propósito maior, é o de penetrar nas "Estruturas Hegemônicas" do poder, "de modo a ser parte do jogo de reciprocidades internacionais",

bem como "do comando e dos benefícios" dela decorrentes (CERVO, 2008, p. 103). Em vista disso, pode-se considerar a política externa brasileira do governo Lula como próxima ao paradigma realista das relações internacionais.

A diplomacia multilateral, articulada por uma aproximação com os países do eixo-sul, recolocou a América do Sul como uma das prioridades governamentais. Desta feita, como no governo anterior, "outras" prioridades assumiam papel principal na agenda da política externa, em detrimento dos assuntos de defesa nacional. Assim, ao menos no primeiro mandato, mantinha-se a falta de influência do Ministério da Defesa.

Contudo, tal cenário mudaria com a ascensão de Nelson Jobim à frente do MD. O novo ministro assumiu com um discurso de consolidação da pasta, buscando uma reestruturação do ministério e a adesão dos militares. Com isso, o Ministério da Defesa passou a agir de forma mais atuante na agenda política dos assuntos exteriores do Brasil.

Como já dito na presente reflexão, o aprofundamento da importância da América do Sul foi basilar para a criação da União de Nações Sul-americanas (UNASUL) e do Conselho Sul-americano de Defesa (CSD), ambos em 2008. Assim, houvera um engajamento natural do Ministério das

Relações Exteriores nessa nova fase, e, ademais, um dos principais objetivos a se alcançar seria a integração dos militares na elaboração e execução dessa nova agenda. A chamada diplomacia militar, que *a priori* seria encabeçada pelo Ministério da Defesa, constituiria em um importante canal de diálogo no âmbito sul-americano (MEDEIROS FILHO, 2009).

O Ministério da Defesa, portanto, deveria aliar-se à agenda sul-americana de integração, pois, assim, além de contribuir para execução da política externa do governo Lula, serviria para tornar mais altiva a participação dos militares nos assuntos internacionais brasileiros.

Feita esta concisa descrição da articulação da política externa e política de defesa nos governos FHC e Lula, percebe-se a baixa grau de prioridade da política de defesa na agenda brasileira, o perfil não-confrontacionista da política externa e a ausência de mecanismos operacionais de articulação entre as duas (ALSINA, 2009). Ademais, faz-se crucial notar que a perspectiva de atuação do Ministério da Defesa viria a ser moldada em uma nova política de integração para o sul, e com novas iniciativas encabeçadas pelo Ministro Nelson Jobim, traria novos pontos para a agenda internacional do MD, além das operações de paz e de um ativo diálogo político em instâncias regionais, como a Junta Interamericana de Defesa (JID).

1.3 O processo de consolidação da agenda internacional da Defesa

A inserção do Brasil no sistema internacional, no que diz respeito a segurança e defesa, vem sendo estabelecida com o Regime de Não-Proliferação de Armas Nucleares. Ao contrário do que alguns críticos haviam dito, cabe destacar que o fato do Brasil se declarar a favor da eliminação completa das armas nucleares por parte dos Estados nuclearmente armados, é substancialmente diferente do ato de renunciar à tecnologia nuclear.

Com isso não se renunciou a nenhum tipo de recurso de poder. O que houve foi a consolidação de um dos fatores de Segurança da nação brasileira, ao assinarmos o Acordo Quadripartite, que eliminou a possibilidade de uma corrida por armas nucleares entre Brasil e Argentina. Em suma, a posição do governo brasileiro na questão de Não-Proliferação reforçou a credibilidade e o capital diplomático brasileiro nos fóruns multilaterais.

Podemos elencar como fator decisivo da agenda internacional de defesa a participação brasileira nas operações de paz, tendo como principal delas a MINUSTAH. Favorecido pelo acúmulo de experiências assimiladas em outras Operações de Paz, tais como a missão de paz na Angola, Faixa de Gaza, MOMEP (Military Observer Mission Ecuador-Peru), entre outras, o Brasil recebeu o convite para atuar no comando da Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti. O MINUSTAH não é um acaso, mas sim o resultado de uma Política Externa consciente e contínua dos governos brasileiros, acerca dessa questão.

Ao observarmos a prática dos oito anos do governo Cardoso e de quase igual período no governo Lula, percebemos que a participação do Brasil em operações destinadas a contribuir para a paz e a segurança internacionais, permite que o país possa se projetar no âmbito global de modo mais consistente que outrora como ator relevante no principal fórum multilateral de segurança coletiva, isto é, a ONU. Em outras palavras, o Brasil deseja ter credenciais para se manifestar em temas afetos à Segurança internacional - haja vista o macro-objetivo da diplomacia brasileira de assegurar um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU para o país - apesar de não dispor atualmente

de um poder militar significativamente expressivo em termos de capacidade de intervenção global.

1.4 A Estratégia da Política de Defesa

Com a configuração da agenda internacional de Defesa, houvera uma idéia mais clara do papel das Forças Armadas com relação a Estratégia Nacional de Defesa. Associado a isto, ocorreram importantes desenvolvimentos, até então relutantes à visão das Forças Armadas, como o enfrentamento ao terrorismo, ao crime organizado e aos diferentes tipos de tráfico. No caso que tange a América do Sul e os principais desafios que encontramos na integração regional com os países vizinhos, era inevitável a particular dedicação das Forças Armadas a segurança nos espaços de fronteira, procurando em suas ações iniciais fortalecer sua presença particularmente no arco amazônico.

Em 2010 foi criado o Plano Estratégico de Fronteiras (PEF), que reúne ações destinadas ao fortalecimento da prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços, por meio da atuação integrada dos órgãos de segurança pública, da Secretaria da Receita Federal do Brasil e das Forças Armadas. Dentre os principais delitos transnacionais e ambientais, o tráfico de drogas e o crime organizado figuram no centro da agenda de operações.

Já a Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON) surgiu no contexto do Plano Estratégico de Fronteiras e é um programa no âmbito da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) que concentra iniciativas e projetos para a consecução do fortalecimento da interlocução entre os órgãos federais, estaduais e municipais relacionados à segurança pública nas fronteiras. O escopo do programa está lastreado por seis eixos: diagnóstico, acompanhamento e avaliação; integração sistêmica e cooperação; política nacional uniforme; inovações tecnológicas; política de pessoal e inteligência de segurança pública. Todos eles orientam ações para a execução dos objetivos do Programa e o aperfeiçoamento do Sistema de Segurança Pública na faixa de fronteira em estruturas de prevenção e repressão aos ilícitos fronteiriços e os projetos são gerenciados de modo coordenado visando benefícios e controle (GUIA ENAFRON, v. II, p. 8).

Em adjunto, a implantação dos Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteiras (GGIFs) representa um avanço no PEF e vem a acrescentar ao ENAFRON. Os GGIFs busca fomentar a interlocução com entre o governo federal e os Estados.

1.5 O papel da política externa brasileira com relação às fronteiras nacionais

O Ministério das Relações Exteriores coordena a cooperação e integração fronteiriça, e envolve três planos de atuação: o primeiro, no âmbito bilateral, com o objetivo de cooperação e integração; no plano político comparecem as instâncias de formulação política e acompanhamento dos temas fronteiriços - as Comissões Bilaterais de Fronteira (COMBIFRON) por exemplo, e no plano local, os Comitês de Fronteira.

No segundo plano de atuação do MRE, o MERCOSUL vai figurar na efetividade de abrigar alguns instrumentos e instâncias voltadas para a cooperação e a integração fronteiriça como o Grupo de Interação Fronteiriça, o Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos (FCCR) e o Fundo de Convergência Estrutural (FOCEM). Contudo, a questão de integração fronteiriça é secundarizada por parte de alguns países do bloco econômico. Em consequência, é visível a ineficiência de articulação dos países para com as fronteiras, acarretando na inexistência de uma concepção concreta para a realidade nas fronteiras.

O terceiro plano está associado à escala local, em que há comitês de fronteira que agem como interlocutores e articuladores políticos, que atua eventualmente como canais de interlocução com

esferas superiores de governo bem como com atores da sociedade civil. Um dos principais papéis exercidos pelos comitês é o de canalizar as demandas locais e gerar proposições de resposta aos problemas associados à condição fronteiriça em suas expressões cotidianas. Ademais, os escritórios regionais do MRE operam como instâncias de intermediação entre os comitês, as autoridades locais e estaduais, de um lado, e de outro, o corpo político e administrativo da diplomacia brasileira.

2. A fronteira no marco dos documentos de defesa

A presente seção trata sobre as três frentes de atuação do Governo Federal no tocante às políticas de fronteira. Também, nessa sessão, será dado um enfoque maior à primeira frente fronteiriça, e essa frente, tal como as demais, será analisada mais profundamente nas seções posteriores desse artigo. As análises a seguir estão embasadas em um dos principais documentos de defesa inclusos na Constituição brasileira, a saber: o Plano Estratégico de Fronteiras (PEF); sendo este apoiado, sobretudo, pela Estratégia Nacional de Fronteiras (ENAFRON) e pelo Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON).

2.1 Áreas de Atuação do Governo e os Documentos de Defesa

O Governo Federal atua, simultaneamente, em três frentes para as fronteiras. A primeira, focada na segurança, encontra-se o Plano Estratégico de Fronteiras (PEF) e a Estratégia Nacional de Fronteiras (ENAFRON), bem como a vertente militar do Programa Calha Norte. A segunda, se concentra o desenvolvimento econômico e social. Ela é muito mais complexa e está formada de três círculos concêntricos. O primeiro círculo é composto por um núcleo central, ora em apreciação no marco da CEDIF e pelos Planos Estaduais de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira, ora em articulação em âmbito do Ministério da Integração Nacional. No segundo círculo, estão presentes programas de fronteiras de diversos Ministérios, como o Programa Saúde nas Fronteiras, do Ministério da Saúde e o Programa de Escolas Bilíngues, do Ministério da Educação. Por fim, em um terceiro círculo, estão os programas federais de diversas áreas que integram o Plano Plurianual 2012-2017, sob a proteção do Plano Mais Brasil. A terceira, e última frente, é voltada à integração e à cooperação nas regiões fronteiriças pois abarca acordos bilaterais e, também, multilaterais, no âmbito do MERCOSUL, o Mercado Comum do Sul, da UNASUL, a União de Nações Sul-Americanas, e da OTCA, a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica. Com o auxílio das três frentes para a fronteira é possível analisar as prioridades do Governo Federal.

2.1.1 O Programa Calha Norte

O Programa Calha Norte (PCN) surgiu no governo de José Sarney, em 1985, com o intuito de promover o desenvolvimento ordenado e sustentável desde as margens do Rio Amazonas até as fronteiras com a Colômbia, com o Peru e com a Venezuela. A fim de realizar o programa, necessitava “a implantação de projetos de infraestrutura de transportes, comunicação, energia e estímulo a atividades produtivas que se fariam acompanhar da crescente presença das instituições estatais, objetivo central do projeto.” (VAZ et ali, 2013: 22). O Programa sofreu graves cortes no orçamento por conta da crise na economia brasileira, então contou apenas com o apoio das Forças Armadas, a única instituição para representar o Estado na região. Por ser um programa coordenado pelo

Ministério da Defesa (MD), o PCN será abordado mais detalhadamente na seção correspondente às atuações do MD para as fronteiras.

2.1.2 O Projeto de Policiamento Especializado na Fronteira

As ações do Governo Federal não contemplavam a integração da segurança pública nas fronteiras. Partindo dessa premissa, o marco inicial na segurança foi o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), com o lançamento do Projeto de Policiamento Especializado na Fronteira (FEFRON), criado em 2009 pela Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, e previa o apoio do Governo Federal para a criação de corpos polícias especializados na contenção dos delitos nas regiões de fronteiras. Ademais, o FEFRON contribuiu para a capacitação profissional dos policiais, por conta de um curso de nivelamento oferecido pela Força Nacional, e para o aumento e o desenvolvimento tecnológico nacional, por conta do suporte aéreo e fluvial além de novas alternativas tecnológicas para a integração das comunicações.

O projeto possibilitou uma ação conjunta entre as forças policiais (policiais civis, militares e peritos) e representou um marco visando à segurança nas fronteiras e contribuiu para a criação do Plano Estratégico de Fronteiras.

2.1.3 O Plano Estratégico de Fronteiras e a Estratégia Nacional de Fronteiras (ENAFRON)

O Plano Estratégico de Fronteiras foi instituído por meio do Decreto Nº 7.496, de 8 de junho de 2011 com o intuito de reunir ações destinadas ao fortalecimento da prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços. O Plano é coordenado diretamente pela Vice-Presidência da República e uma ação conjunta dos Ministérios da Defesa, pelas Forças Armadas, da Fazenda, por meio da Secretaria da Receita Federal do Brasil, e da Justiça, com a atuação dos órgãos de segurança pública. Os objetivos são, ações integradas de segurança pública, de controle aduaneiro e das Forças Armadas pela União, pelos estados e pelos municípios situados nas regiões de fronteira; fortalecer a presença estatal na região e, por fim, realizar cooperações internacionais com os países vizinhos.

As ações do Plano Estratégico de Fronteiras são implementadas por meio de Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF) e Centro de Operações Conjuntas (COC). Os Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteira têm o objetivo de integração e articulação da União com os estados e municípios, sendo de responsabilidade dos Gabinetes proporem e coordenarem a integração das ações, facilitarem a comunicação entre o seus órgãos, apoiarem os órgãos de fiscalização municipais, estaduais e federais, analisarem os dados estatísticos das infrações criminais e administrativas, fiscalizarem a segurança urbana dos municípios situados na faixa de fronteira, apoiarem a criação de Gabinetes de Gestão Integrada Municipal e, por fim, definirem as áreas de maior importância de fiscalização. Por outro lado, o Centro de Operações Conjuntas conta com representantes de todas as instituições que participam das operações, signatários de acordo de cooperação.

No âmbito do "Ministério da Justiça, o Plano se apoia em projetos e ações da Secretaria Nacional de Segurança Pública, do Departamento de Polícia Federal, do Departamento da Polícia Rodoviária Federal e da Secretaria Nacional de Justiça" (VAZ et ali, 2013: 25). Esse Ministério possui um programa específico voltado para o planejamento, a Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON), principiada na Secretaria Nacional de Segurança Pública, com o intuito de promover a articulação dos atores nas três esferas de poder governamental – municipal, estadual e federal -, estimular políticas públicas de segurança, uniformizar entendimentos e ações para otimizar o investimento de recursos públicos nas regiões de fronteira. Ademais, com o pressuposto de motivar e estimular essa articulação, foi solicitado a cada estado elaborar o seu Plano Estadual de Segurança

nas Fronteiras, o qual possibilitará o repasse de recursos da União. Portanto, a ENAFRON é o âmago do Programa Estratégico de Fronteiras. A grande conquista de responsabilidade da ENAFRON, até então inédita no país, pois conseguiu inscrever os temas de fronteira nas agendas dos governos estaduais. De acordo com o Ministério da Justiça, de 2011 até o fim de 2013, os investimentos no ENAFRON totalizaram cerca de R$327 milhões.

O Plano Estratégico de Defesa se resguarda nos Centros de Operações Conjuntas (COC) na atuação operacional. Duas operações estão sendo conduzidas pelo COC, a Operação Ágata, de responsabilidade do Ministério da Defesa e conduzida pelas Forças Armadas, e a Operação Sentinela, sob a responsabilidade do Ministério da Justiça.

A Operação Ágata, de caráter temporário de combate ostensivo à criminalidade, é coordenada pelo Ministério da Defesa e conduzida pelas Forças Armadas, com o apoio dos Ministérios da Justiça e da Fazenda. A operação coordena e planeja operações militares, policiais e sociais em cooperação com os países de fronteira. A Operação será abordada com maiores detalhes na seção responsável pelas Ações e Programas implementados pelo Ministério da Defesa.

Coordenada pelo Ministério da Justiça, a Operação Sentinela, por outro lado, é uma ação permanente, formada fundamentalmente pela Polícia Federal, pelas Polícias Civis e Militares estaduais, pela Polícia Rodoviária Federal, pela Força Nacional de Segurança Pública, pelas Forças Armadas e pela Receita Federal. Para a fiscalização, a Polícia Federal conta com dois veículos aéreos não tripulados (VANTs) que atuam, sobretudo, na região da tríplice fronteira com a Argentina e com o Paraguai. De janeiro de 2012 a outubro de 2013 foram apreendidas 169 toneladas de drogas e 12.472 armas de fogo. O número de pessoas presas ao entrarem no Brasil com armas e drogas chegou a 29.923 desde a criação do Programa, até dezembro de 2013.

2.1.4 O Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON)

O Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON) foi concebido por iniciativa do Exército brasileiro, com o apoio da Marinha e da Força Aérea, abarca os 16.886 km de fronteiras terrestres nacional. É o maior projeto de vigilância de fronteiras em execução no país, e orienta a organização das Forças Armadas em monitoramento/controle, mobilidade e presença. Além de enfatizar o aumento de Unidades das Forças Armadas nas fronteiras, estimulam a indústria nacional para conquistar a autonomia em tecnologias de defesa. O SISFRON, bem como os demais projetos sob a coordenação do Ministério da Defesa (MD), será mais abordado na seção referente às ações do MD.

3. Os três grandes arcos da estratégia fronteiriça nacional

O objetivo da seção que se segue é descrever os desafios mais basilares - tanto da segurança quanto da defesa - enfrentados pelo Brasil em suas fronteiras e respectivas adjacências. Tais

problemas serão trabalhados em três partes, correspondentes aos três arcos de fronteira delimitados pela estratégia nacional, a saber: Norte, Central e Sul.

3.1 Arco Norte

O Arco Norte das fronteiras brasileiras é composto por divisas de 5 estados: Acre, Amapá, Amazonas, Pará e Roraima. A soma das linhas de fronteira desses estados supera 9 mil km^2, mais da metade do total nacional, e se localiza dentro dos limites da floresta Amazônica. (FUNAG)

Um dos principais problemas que o Arco Norte enfrenta em suas zonas fronteiriças é a utilização da Amazônia brasileira como local e rota estratégica pelas redes transnacionais de Narcotráfico. Colômbia, Peru e Bolívia são grandes produtores de cocaína e possuem bases de organizações de tráfico internacional de drogas, de modo que sua localização geográfica em relação às fronteiras brasileiras na região amazônica contribui para que esta seja parte primordial da rota do tráfico. (COUTO, 2011: 10-11)

Aiala Couto denota três motivos principais para a presença da Amazônia na rota do Narcotráfico. Além da localização próxima a países onde existem centros de produção, a região é passagem para o escoamento do produto pelo oceano Atlântico, em direção à Europa e África. Não só rota, o Brasil também se constitui em grande mercado consumidor do produto; de modo que sua entrada gera problemas indiretos como amplificação do crime organizado, violência e corrupção nas regiões onde este é muito comercializado, como Sul e Sudeste. (COUTO, 2011: 11-14)

As próprias características da floresta Amazônica contribuem para sua utilização pelo Narcotráfico. A grande floresta latifoliada e fechada, possui pouca visibilidade e dificulta a fiscalização. Imensos vazios demográficos – e, mormente, nas áreas de fronteira - contribuem para a passagem da droga, além de rios que cruzam as fronteiras entre o Brasil e os países vizinhos. A população dessas áreas, em geral pobre e sem recursos, com pouca atenção do Estado, muitas vezes é explorada pelos traficantes, ou convencida a participar do processo, na ilusão de uma possível ascensão social por meio de processos ilegais. Tais fatores contribuem para a construção de instalações como portos e aeroportos clandestinos, além de laboratórios para beneficiamento da coca, dentro de território brasileiro. (COUTO, 2011: 15-17)

Outra questão relevante no arco norte das fronteiras brasileiras é a migração fronteiriça. A migração ilegal pela região amazônica tem crescido cada vez mais, e controlá-la constitui um desafio para as autoridades. Os preços baixos para transportes entre Peru e Amazonas incentivam peruanos que buscam melhores condições de vida e não possuem recursos para migrar a destinos mais comumente visados como os EUA (DE OLIVEIRA, 2007:10). A intensificação de guerrilhas na Colômbia também gera imigração, aumentando o número de *desplazados* que fogem da violência e exploração praticada por grupos armados contra camponeses em seus respectivos países. A autora também critica a ausência de uma política comum de migração na tríplice fronteira concernente ao Arco Norte (Brasil/Peru/Colômbia). (DE OLIVEIRA, 2007: 10-12)

Além dos problemas supracitados, o tráfico de animais silvestres também está presente na região, e esta prática busca igualmente se aproveitar das características da Floresta Amazônica para realizar suas atividades ilegais. Outra questão, de caráter mais burocrático, é a fronteira da Guiana Francesa com o Amapá. O fato de o estado fazer parte da União Europeia traz especificidades a serem consideradas para consolidar acordos e operações na região. (S.A.E., 2013:45)

Não somente fatores externos, mas também entraves no país prejudicam a fiscalização e o controle das fronteiras. Uma situação frequente no Arco Norte é a distância das sedes municipais para a linha de fronteira. No Pará, não há nenhum ponto de vivificação próximo à fronteira entre os municípios de Alenquer, Almeirin, Faro, Óbidos e Oiriximiná; que compõem a faixa de fronteira do território paraense. O Amapá possui um problema análogo. Isso ocorre devido à extensão e baixa

densidade demográfica dos municípios, e desestimula tentativas de integração. No Pará, assim como em outros estados, a condição fronteiriça não implica atenção especial ou significativa para esses municípios. (S.A.E., 2013: 59,60)

O estado do Amapá possui diversas condições que tendem a dificultar projetos relativos ao desenvolvimento de áreas de fronteira. Além de compartilhar com o Pará a questão do distanciamento de sedes municipais da linha de fronteira, o próprio isolamento do estado, com sua distância de centros econômicos e a dificuldade de acessar sua capital também são entraves para trabalhar soluções para o local. (S.A.E., 2013:48-48)

Um fator importante não só para o estado do Amapá, como também para Roraima e Acre, é a existência de grande quantidade de áreas protegidas. Em Roraima, tais espaços chegam a 75 por cento do território. Operações e edificações podem encontrar dificuldades ao atuar em áreas de Reservas Indígenas ou Ambientais. Outro problema que há de ser contornado em vários estados da região norte é a falta de atenção dos governos estaduais para com questões relacionadas às fronteiras de seus respectivos Estados.

3.2 Arco Central

O Arco Central das Faixas de Fronteira compreende a área fronteiriça dos estados de Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, os quais possuem fronteira com Bolívia e Paraguai (CDIP). Somadas, suas linhas de fronteira se estendem por mais de 4 mil km^2, parte dessas localizadas no bioma do Pantanal. (FUNAG)

Desde a década de 80, o Centro-Oeste foi identificado como um dos grandes corredores de entrada de drogas no país - junto à Região Amazônica. Muito embora o tráfico pela região seja mais difícil do que pelo norte do país, a maior proximidade da Região Sudeste incentiva sua utilização, visto que além de ser grande mercado consumidor de drogas como a cocaína, o Sudeste possui laboratórios para beneficiamento e meios para exportação pelo oceano Atlântico. (COUTO, 2011: 15)

Outra questão relevante para as autoridades na fronteira central do país é o comércio ilegal de animais silvestres. A região Centro-Oeste está entre as que mais sofrem com a retirada de animais do país. (DE SOUZA, 2007: 2) Os municípios de Poconé, Cáceres e a área do Pantanal, pertencentes à Faixa de Fronteira do Arco Central, são apontadas como principais pontos de captura. Após serem presos, estes animais vernáculos são levados para "feiras livres", onde são comercializados para intermediários que os transportam para fora do país. (Ibid.:17-18) O sistema de contrabando de animais silvestres conta muitas vezes com apoio de funcionários ligados a órgãos ambientais, que possuem papel importante ao acobertar as operações. (Ibid.:16)

Outro problema envolvendo as fronteiras do Arco Central é coibir atividades de contrabando de mercadorias e turismo sexual, frequentes nas fronteiras bolivianas e paraguaias. (GADELHA e COSTA, 2007: 220). Além de drogas e animais, centenas de produtos ilegais cruzam as fronteiras todos os dias, e são distribuídos para vários mercados informais pelo país. Miyamoto destaca o papel que os entraves burocráticos e a falta de recursos possuem para facilitar tais práticas na região da bacia da Prata. (MIYAMOTO, 2005: 5)

No que tange às questões internas, um problema presente em diversos estados brasileiros, e que é comum aos estados de Mato Grosso e Rondônia, consiste na dependência de recursos do Governo Federal para realização de projetos e programas nas áreas fronteiriças. (S.A.E., 2013:55, 69) Nesses estados, as condições de seus territórios levam os governos estaduais a não tratar os municípios da faixa de fronteira de maneira diferenciada, participando indiscriminadamente dos programas estaduais. Por outro lado, Mato Grosso do Sul se destaca como o único estado a apresentar em seu Planejamento Plurianual um programa específico para a integração fronteiriça (S.A.E., 2013:104-107). Assim sendo, as disparidades na forma como são tratados os municípios do mesmo arco de

fronteira - além de refletirem as condições estruturais de sua localização - mostram que ainda há espaço para aperfeiçoar a coordenação de políticas públicas para tais áreas problemáticas.

Um dos objetivos para o governo estadual de Mato Grosso, “Reduzir a violência e a insegurança do cidadão” (Objetivo 7 do PPA Estadual), visa ampliar a presença institucional na faixa de fronteira. Como realizar essa ampliação é outra questão a ser solucionada. “Potencializar os resultados das ações de enfrentamento da criminalidade e drogas e interação junto à sociedade fronteiriça” é o objetivo do programa Enfrentamento Integrado às Drogas, o qual se encaixa em tais objetivos (S.A.E., 2013:52-55).

3.3 Arco Sul

O Arco Sul da fronteira brasileira inclui os limites dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; vizinhos de Paraguai, Argentina e Uruguai. Somadas, as linhas de fronteiras do Arco Sul se estendem por mais de 2300 km^2, constituindo, então, o menor dos três arcos.

Shiguenoli Miyamoto ressalta a importância histórica da região da bacia do Prata, afirmando que esta, tal como a região Amazônica, sempre foi objeto principal de atenção, e mesmo de contendas entre os países que a compõem. Um dos motivos que torna a posição estratégica é a presença da Usina de Itaipu, binacional, localizada entre Paraná e Paraguai. Crises políticas que possam afetar o funcionamento da usina no lado paraguaio teriam de ter resposta rápida e cautelosa por parte do Brasil, visto que boa parte do país depende da energia produzida no complexo de Itaipú. (MIYAMOTO, 2005: 4-6)

Denúncias da atuação de grupos árabes que enviavam remessas para facções terroristas como o Hezbollah no Oriente Médio chegaram a existir, mas não se transformaram em preocupação para o governo, que as considerou como fora do escopo de atuação da Defesa Nacional. Os temas que tem recebido atenção central recentemente - especialmente na fronteira com o Paraguai - são o tráfico de drogas, o crime organizado e o contrabando. Entraves burocráticos, falta de recursos e a agilidade dos infratores são fatores que o autor afirma contribuírem para impossibilitar a ação efetiva do Estado. (MIYAMOTO, 2005: 5, 12)

Outra importante área fronteiriça brasileira localizada na Bacia do Prata, é a da Hidrovia Paraguai-Paraná. As áreas próximas à hidrovia possuem terras cultiváveis, reservas de óleo e gás, e os rios apresentam qualidades de navegação satisfatória durante boa parte do ano. Muito já foi feito na integração da região dos rios da Bacia Platina. No entanto, atualmente somente 40.000 megawatts de um potencial de 60.000 são produzidos e utilizados (OLIVEIRA, 2008:78-82). Dificuldades energéticas podem exigir o pleno aproveitamento desse potencial, para o que seriam necessários esforços de cooperação e acordos entre os países da região.

O Sistema Aquífero Guarani é outra área estratégica: localizado em quatro países, Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, constitui um dos maiores reservatórios de água potável transfronteiriços do mundo (OLIVEIRA, 2008:82). Suas águas subterrâneas constituem volume de acumulado de 37.000 quilômetros cúbicos, e área estimada de 1.087.00 quilômetros cúbicos (MMA). A princípio, a fronteira entre Brasil e Paraguai pode ser considerada uma fronteira terrestre. Porém, o aquífero constitui um caso particular, visto que não há como definir fronteiras fixas em uma massa líquida subterrânea, de modo que utilizá-lo requer acordos entre todos os países que o possuem. Márcio de Oliveira defende que - dado a crescente escassez de água no planeta - a região do Aquífero poderá vir a ser objeto de disputas sérias durante o século XXI, mencionando a presença militar norte-americana no Paraguai e destacando o valor que o reservatório poderá possuir no futuro. (OLIVEIRA, 2008:82-84)

Sobre a fronteira entre Uruguai e Rio Grande do Sul, existem estudos que investigam casos frequentes de contrabando e abigeato (roubo e comércio ilegal de gado). Estima-se que 20 por cento da carne consumida no Uruguai seja de origem clandestina, proveniente do abigeato (MELO, 138).

Um desses estudos, de José de Melo, indica que a prática tem aumentado cada vez mais na região. Além de ser maléfico a população em geral - devido à evasão de divisas - prejudicando a arrecadação de impostos, tais práticas ilegais prejudicam diretamente os fazendeiros da região, tanto brasileiros como uruguaios, gerando tensão na fronteira. (MELO, 144)

Além de questões internacionais, existem também fatores internos relevantes para o desenvolvimento de políticas públicas para a fronteira. Ao analisar os objetivos dos programas do Plano Plurianual 2012-2015 do Paraná, é possível identificar alguns dos desafios a serem cumpridos pelo governo. Dentre eles, destacam-se a construção da sede da Companhia de Fronteira em Santo Antônio do Sudoeste, o incentivo a atividades econômicas voltadas para o turismo nacional e internacional e a integração logística com áreas próximas. (SEA p.61-62)

De acordo com a Secretaria de Assuntos Estratégicos, a faixa de fronteira do Rio Grande do Sul necessita de soluções para questões como o fortalecimento de infraestrutura para o desenvolvimento sustentável, a promoção de crescimento econômico, o combate à pobreza e desenvolvimento social e a integração territorial. . (SEA p.65). Santa Catarina, por sua vez, possui o Plano de Desenvolvimento e Integração Fronteiriço, onde constam os objetivos de otimizar a educação, a saúde, o controle e a segurança na faixa de fronteira, além do desenvolvimento econômico e socioambiental. (SEA p.73-74)

4. As Ações e Programas implementados pelo Ministério da Defesa

4.1 O Programa Calha Norte

Em 1985, durante o governo de José Sarney, deu-se início ao primeiro programa, com objetivo de promover a soberania estatal nas zonas fronteiriças de modo mais intenso; corroborado pela responsabilidade de desenvolver e garantir a segurança nacional. O Projeto Calha Norte, doravante PNC, compreende desde a calha do rio Solimões/Amazonas até a fronteira com a Colômbia, Venezuela e Peru - na região amazônica - abrangendo um terço das nossas fronteiras.

Através de melhoras na infraestrutura e no fomento de atividades produtivas em conjunto com a presença de órgãos do Estado, se asseguraria ao território-alvo do projeto a assistência e o desenvolvimento necessários à população. No ano de criação, guerrilheiros das Farc teriam entrado em solo brasileiro a procura de suprimentos, fazendo reféns.[1] Tal acontecimento se mostra bem relevante nessa problemática, pois o combate ao narcotráfico também era um dos objetivos do projeto.

Porém, após um longo período de cortes orçamentários, incluindo o governo de Fernando Collor de Melo e grande parte do governo de Fernando Henrique Cardoso, o PNC volta a ganhar destaque por conta da implantação do Sistema de Proteção da Amazônia e o Sistema de vigilância da Amazônia. A combinação do SIPAM-SIVAM se tornou ferramenta importante para o monitoramento mais eficaz das fronteiras, englobando tanto as vias terrestres e quanto as aéreas.

Duas vertentes compõem o programa, a militar e a civil. Chamada de *Manutenção da Soberania e Integridade Territorial*, a vertente militar objetiva ações voltadas para o controle territorial, enquanto a segunda vertente – civil –, denominada de *Apoio às Ações de Governo na Promoção do Desenvolvimento Regional*, insere-se em obras de infraestrutura e aquisição de equipamentos.

Atualmente, o Programa abrange 194 municípios em seis Estados: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima. Ademais, o mesmo vem beneficiando uma população de oito milhões de

pessoas, incluindo quase a metade da população indígena brasileira e abrangendo 32% do território nacional.

4.2 A Operação Ágata

Sob o respaldo do Ministério da Defesa, a Operação Ágata, conduzida pelas Forças Armadas em conjunto com órgãos federais e estaduais - entre elas a Polícia Federal (PF), a Agência Brasileira de Inteligência e o Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM) (ÁGATA) - é uma das principais ações implementadas pelo Plano Estratégico de Fronteiras (PEF).

A operação tem como principal objetivo combater delitos transfronteiriços e ambientais, servindo como coordenadora de planejamentos e execuções de procedimentos militares, policiais e sociais - sendo auxiliada pelos países vizinhos na implementação da iniciativa.

Lançada em 2011, a Operação Ágata 1 tinha como objetivo coibir a ação do narcotráfico, do extrativismo ilegal de madeira e minerais, da biopiratária e do contrabando de fauna e flora na fronteira entre Brasil e Colômbia. Pode-se perceber a importância da iniciativa pela utilização pioneira de Veículos Aéreos Não Tripulados (VANT) em uma operação da Força Aérea Brasileira (FAB) no país.

Em seis edições, os resultados foram surpreendentes. Em uma apresentação feita pelo vice-presidente da República, Michel Temer, em 2012, os números demonstraram grande efetividade da Operação, principalmente em relação à quantidade de drogas apreendidas que, no caso, somente em 2012, foram 361 toneladas. Ademais, foram feitas 20.737 prisões em flagrante, corroborando para a desarticulação de 42 quadrilhas.

Em maio de 2014, encerrou-se a Operação Ágata 8, sendo esta, a última iniciada - até o presente momento. Abrangendo aproximadamente 17 mil km de fronteiras – da cidade de Oiapoque (Amapá) ao Chuí (Rio Grande do Sul) – a iniciativa rendeu na apreensão de cerca de 40 toneladas de entorpecentes – o dobro comparado à sua edição passada. É interessante ressaltar que, apesar de ser um programa que tem maior enfoque na questão de defesa, também há ações de cunho cívico-sociais, nas quais se leva atendimento médico à população, distribuição de medicamentos e reparação de instalações públicas.

Está prevista a realização de mais uma Operação Ágata – a qual seria a nona – durante este ano. Cobrindo toda a extensão fronteiriça oeste do país, adentrando, principalmente, nas fronteiras com a Bolívia e o Paraguai. Narcotráfico, contrabando de armas e munições, crimes ambientais e garimpos ilegais são alguns dos crimes que a ação pretende coibir.

4.3 O Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON)

O Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON) é o maior projeto brasileiro de vigilância de fronteiras terrestres em execução, abrangendo um total de 16.886 km – em torno de 27% do território nacional. Desenvolvido pelo Exército, porém, contando com a participação da Aeronáutica e da Marinha, o SISFRON é um sistema de sensoriamento que procura fortalecer a presença estatal nas fronteiras através do desenvolvimento da capacidade de monitoramento e da garantia do fluxo de dados, produzindo informações confiáveis e pertinentes para a análise das

situações, corroborando para a implementação de medidas que coíbam crimes que venham a ser cometidos ao longo de toda a zona fronteiriça.

Elaborado para ser realizado em três etapas – com previsão para a conclusão do projeto final em dez anos –, o projeto-piloto do programa encontra-se na cidade de Dourados (Mato Grosso do Sul). A primeira etapa está mais envolta na parte tecnológica, abrangendo radares, softwares de leitura de dados, equipamentos de sensoriamento e mecanismos para o auxílio na tomada de decisão.

A segunda etapa contempla as ferramentas para o combate aos crimes, com foco nos equipamentos dos soldados, seus veículos, armamento e embarcações. Por fim, a terceira fase promoverá a engenharia da região, na qual a construção de instalações para os aportes tecnológicos e para o alojamento de tropas estará no âmago do projeto.

A Operação Ágata 9 estará em intrínseca integração com o SISFRON, tendo em vista que este será de grande valia para o auxílio de ações tomadas pela Operação. O alto nível tecnológico oriundo do SISFRON poderá beneficiar em uma maior eficiência ao combate de crimes transfronteiriços e ambientais.

Desde a criação do Sistema, em 2013, o governo investiu cerca de R$ 1.2 bilhões na iniciativa, demonstrando que não é um projeto de baixo custo e muito menos de pouca utilidade. Neste ano, está previsto um novo investimento de R$ 480 milhões, o que poderá alavancar o desenvolvimento do SISFRON, principalmente com a compra de VANTs e de radares específicos. Em 2016 espera-se iniciar a segunda fase do projeto, dependendo, principalmente, de como se estenderá a primeira fase (SISFRON 2), em observância aos reajustes fiscais e aos vários cortes de orçamento previstos.

4.4 Amazônia Azul

Apesar de não ser considerado um programa em sua essência, o termo "Amazônia Azul" remete a uma nova extensão de fronteira que está sendo pleiteada pelo Brasil, junto à CLPC da CNUDM, na qual abranger-se-iam uma área de 963 mil km². Essa nova delimitação corresponderia à metade do território terrestre atual, sendo comparado a uma nova Amazônia. Com a aquisição dessas novas terras, o Brasil ganharia em fatores estratégicos e econômicos, visto que 95% do nosso comércio exterior passam por essa extensa área marítima. É objetivo da Marinha, dentre outros, enfatizar a promoção da soberania do Estado nessa nova faixa, focando no desenvolvimento e eficiência das vertentes econômica, ambiental e científica.

Apesar do enfoque, atualmente, não ser tanto questões de segurança e defesa, é de se esperar que, com o desenvolvimento das medidas adotadas na Amazônia Azul, haja um incremento considerável tanto de programas científicos como de militares, corroborando para a capacitação de nossa Marinha, garantindo a segurança marítima e à população, se atentando, também, para a preservação do meio ambiente.

4.5 O Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam)

Instituído em abril de 2002, o Censipam é responsável por conceber planejamentos na região da Amazônia Legal com base em informações coletadas, contribuindo para uma melhor eficiência nas ações integradas entre os Centros Regionais (com base em Belém, Manaus e Porto Velho). Criado para auxiliar no desenvolvimento do Sipam (Sistema de Proteção da Amazônia), o Censipam tem como missão fundamental a proteção da região mencionada por meio de ações governamentais, gerando conhecimento para possíveis tomadas de decisão.

O Centro dispõe de diversos projetos, como o Projeto da Cartografia – a qual, recentemente, entregou à Marinha um navio para o mapeamento de rios –, nas mais diversas áreas – como Infraestrutura Tecnológica, Proteção Ambiental e Sensoriamento remoto. Tudo isso contribui para as

três forças armadas brasileiras, tendo consequências que se perpetuam em áreas como combate a crimes transfronteiriços.

O projeto mais ambicioso do Censipam é o Amazônia SAR. Em fase final de aprovação – e previsto para estar finalizado até 2016 –, o Amazônia SAR contribuirá para a detecção de desmatamentos ilegais na região, assim como a fiscalização de eventuais crimes que estejam sendo cometidos. Apesar de ser um projeto de alto custo – cerca de R$ 72 milhões, dividido entre o Fundo Amazônia e o Censipam – a iniciativa, se for bem efetividade, ajudará significantemente na preservação do meio ambiente e na prevenção de atos ilegais na Amazônia Legal.

O Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam) é um reforço da Aeronáutica (FAB) para a vigilância do espaço aéreo brasileiro na Amazônia a fim de coibir o desmatamento e delitos conexos, como garimpos ilegais e tráfico de drogas. Vinculado ao Sipam, o Sivam entrou em funcionamento também em 2002, tem como outros objetivos o desenvolvimento regional, o controle ambiental e o monitoramento das condições meteorológicas.

Conclusões:

A análise precedente aponta para a dificuldade que o recente Ministério da defesa possui para se articular em conjunto com o, mais consolidado, Ministério da Relações Exteriores. Esta deficiência tem como consequências primárias a falta de eficácia e celeridade na implementação de ações práticas para o enfrentamento dos desafios presentes nas questões fronteiriças brasileiras. Também, a sobreposição e indefinição de funções entre os dois ministérios no tocante a este tema acaba por gerar uma certa confusão política. Ademais, a situação análoga de sobreposição de políticas federais e estaduais é outro obstáculo a ser superado para uma melhor estratégia fronteiriça. Em suma, o Ministério da Defesa, no seu atual processo de consolidação e desenvolvimento, carece de maior aporte financeiro e institucional - quer sejam estes aportes municipais, estaduais ou federais - para o

melhoramento da defesa brasileira e a influência da política externa brasileira, sobretudo em escala regional.

Bibliografia:

ALSINA JUNIOR, João Paulo Soares. **O poder militar como instrumento da política externa brasileira contemporânea.** Rev. Bras. Polít. Int. 2009.

ALSINA JUNIOR, João Paulo Soares. **Política externa e poder militar no Brasil : universos paralelos. Rio de Janeiro:** Editora FGV. 2009.

ALSINA JUNIOR, João Paulo Soares. **A síntese imperfeita: articulação entre política externa e política de defesa na era Cardoso.** 2003.

CDIF: **(Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira)** http://cdif.blogspot.com.br/

CERVO, Amado Luiz. **Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros.** São Paulo: Saraiva, 2008.

COUTO, Aiala Colares de Oliveira. **Um problema de fronteiras: A Amazônia no contexto das redes ilegais do Narcotráfico.** Perspectiva Geográfica. Unioeste V.6, N.7 2011.

DE OLIVEIRA, Márcia Maria. **Migrações fronteiriças: Uma reflexão necessária no Amazonas** .V Encontro Nacional sobre Migrações. Campinas, Outubro de 2007. Acesso em

http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/5EncNacSobreMigracao/public_mig_fro_ref.pdf

DE SOUZA, Luciana Carvalho. **Diagnóstico do Atual Status do Tráfico de Animais Silvestres no Brasil**. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Instituto de Florestas – Departamento de Ciências Ambientais. Seropédica, RJ – Abril de 2007

FERNANDES, F. B.. **As relações civil-militares durante o Governo Fernando Henrique Cardoso** – 1995/2002.2006. 157 p. Dissertação (Mestrado). Universidade de Brasília a. Brasília, 2006.

FUNAG:http://www.funag.gov.br/ipri/images/informacao-e-analise/fronteiras-terrestres-brasil.pdf

GADELHA CAG, COSTA L. **Integração de fronteiras: a saúde no contexto de uma política nacional de desenvovimento** Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 23. 2007

OLIVEIRA, Márcio Gimene de. **A fronteira Brasil-Paraguai: principais fatores de tensão do período colonial até a atualidade.** (UnB – Instituto de Ciências Humanas – Departamento de Geografia, Mestre, gestão Ambiental e Territorial, 2008)

MELO, José Luiz Bica de. **O “velho” e o “novo” da violência rural na fronteira Brasil-Uruguay**. Sociedade e Estado, Brasília, v.19, n. 1, p.121-150, jan./jun. 2004

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Guia ENAFRON. Vol ll.** Disponível em: http://www.justica.gov.br. Acesso em: 08 de Julho de 2015.

MIYAMOTO, Shiguenoli. **O Brasil, a América Latina e a Segurança Regional.** Grupo de Trabalho 26 – Sociologia e Relações Internacionais , em XXV Congresso Da Associação Latinoamericana de Sociologia/Atlas. Porto Alegre, RS - Agosto de 2005

Ministério do Meio Ambiente (MMA): http://www.mma.gov.br/agua/recursos-hidricos/item/8617-aqu%C3%ADfero-guarani acesso em 10 de Julho às 9h08

VAZ, Alcides e ali. **S.A.E. Política de fronteira como fator de integração.** Relatório para o PNUD, Brasília. 2013